

DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO DOS MUNICÍPIOS DE PATO BRAGADO E SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS NO OESTE PARANAENSE (1945-2010)

LOCAL DEVELOPMENT: STUDY OF CITIES IN WEST PARANAENSE (1945-2010)

TATIANE DINCA¹

SILVIO ANTÔNIO COLOGNESE²

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo analisar a trajetória histórica de desenvolvimento de Pato Bragado e São José das Palmeiras. Os municípios selecionados para a pesquisa apresentam níveis de desenvolvimento desiguais, apesar que pertencem a mesma região oeste paranaense e muitos são os fatores que podem ser os responsáveis pela diferença de nível de desenvolvimento entre eles, sendo assim, pela dada trajetória histórica, modelo de colonização, origem étnica e a quantidade de organizações associativas. Para sua realização adotou-se o método estudo de caso, e a pesquisa teve caráter descritiva para demonstrar a trajetória de desenvolvimento nos municípios da amostragem e de um caráter exploratório. O estudo teve uma abordagem qualitativa e quantitativa e houve a coleta de dados, por meio de dados primários via pesquisa e dados secundários. Os resultados da pesquisa revelam que a trajetória histórica é decisiva para o processo de desigualdade dos municípios estudados. Pato Bragado foi colonizado pela empresa Maripá, a qual tinha preocupação maior com o elemento humano e a estrutura fundiária de pequena propriedade rural que incentivava a vinda de colonos migrantes oriundos da região sul do Brasil, conhecidos como sulista. E já a empresa Bentheim, colonizadora do município de São José das Palmeiras onde a propaganda estava firmada na fertilidade das terras e priorizava a vinda de migrantes de outras partes do país, em grande maioria da região norte do Brasil, vistos como nortista. Em suma, o município de Pato Bragado tem um maior desenvolvimento local em relação a este parâmetro do município de São José das Palmeiras. O desenvolvimento requer crescimento nos níveis de organização social, o que tem sido denominado de capital social, quanto maior a capacidade das pessoas se associarem em torno de objetivos comuns, maiores serão os indicadores de capital social e consequentemente maior será o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Desenvolvimento local, trajetória histórica, capital social, origem étnica.

ABSTRACT: This research aims at analyzing the historical trajectory of development of Pato Bragado and São José das Palmeiras. The cities selected for the study present unequal levels of development, despite belonging to the same region western Paraná and there are many factors that may be responsible for the difference in levels of development between them, so given the historical trajectory, colonization model, ethnicity and quantity of associative organizations. For its realization it was adopted the case study method and the research had descriptive character to show the course of development in the municipalities of sampling and exploratory character. The study had a qualitative and quantitative data collection through primary data and secondary data via research. The research results reveal that the historical trajectory is crucial to the process of inequality in the studied districts. Pato Bragado was colonized by Maripá Company, which had greater concern with the human element and the structure of small farm land which encouraged the coming of migrant settlers from southern Brazil. And the company Bentheim, colonizing the city of São José das Palmeiras in which the advertisement was grounded on fertility of land and gave priority to the coming of migrants from other parts of the country, mostly from the northern region of Brazil. In short, Pato Bragado has a larger local development in relation to this parameter in São José das Palmeiras. Development requires growth in levels of social organization, which has been called social capital, the greater the ability of people to associate around common goals, the greater the social capital indicators and consequently greater will be local development.

Key words: Local development, historical trajectory, social capital, ethnic origin.

Sumário: 1 Introdução – 2 Objetivos – 3 Revisão de literatura – 4 Metodologia – 5 Apresentação e discussão dos resultados – Considerações finais – Referências.

¹Economista pelo Centro de Ensino Superior de Foz do Iguaçu - CESUFOZ. Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE - Toledo (PR).

²Doutor em Sociologia pelo IFCH/UFRGS (1997). Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio ambos da UNIOESTE – Toledo (PR) – Brasil.

1 INTRODUÇÃO

A temática do desenvolvimento tem se mantido como um objeto de pesquisa relevante ao longo das últimas décadas. Neste percurso as abordagens e concepções sofreram deslocamentos, tornando as pesquisas cada vez mais complexas. Uma destas modificações representou a mudança da ênfase do desenvolvimento para a abordagem de diferenças que ocorrem em ambientes diferenciados, como por exemplo, o desenvolvimento local e o desenvolvimento regional. Esta pesquisa trata do desenvolvimento local, através do estudo de caso de municípios do oeste paranaense.

O desenvolvimento local, pode ser entendido como sendo um processo endógeno de mudança, que leva ao progresso econômico e a melhoria da qualidade de vida da população e pode ser direcionado segundo Joyal e Martinelli (2004) a um distrito, uma localidade, um município, uma região, um país ou uma parte do mundo. Assim, o conceito de local adquire uma conotação socioterritorial para o processo de desenvolvimento, quando este processo é pensado, planejado, promovido ou induzido. Nesse caso, o desenvolvimento local é capaz de quebrar a dependência e a inércia do subdesenvolvimento e o atraso de localidades periféricas, promovendo uma mudança social no território.

A observação do *ranking* dos 399 municípios paranaenses, com base no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) mostra que, o desenvolvimento não tem sido homogêneo nos municípios que compõem o estado do Paraná. Havendo neste contexto, municípios de alto desenvolvimento e outros que se encontram em situação de patamar inferior de desenvolvimento. Este fenômeno relatado, também ocorre e se confirma em outros indicadores como no índice FIRJAN, índice ipardes de desenvolvimento municipal e dentre outros.

A região administrativa de Toledo está localizada no extremo oeste do estado do Paraná, composta por vinte municípios dentre eles, dez municípios pertencentes a região oeste paranaense, que obtiveram no IDH-2000 acima de 0,8 e ficaram entre os vinte primeiros colocados no *ranking* dos 399 municípios do estado do Paraná. Deste modo, quando analisada a um nível macro (generalizada) a microrregião se torna uma região desenvolvida, devido aos vinte melhores municípios do estado, dez municípios fazem parte do polo regional de Toledo. Mas, se analisarmos a nível micro (particular) em cada município individualmente, percebe-se uma grande variação de desempenho, onde o melhor colocado possui IDH-M 0,851 (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) ocupando a segunda posição, o mais baixo possui IDH-M 0,700 ficando com a 340ª colocação no mesmo *ranking* estadual, observa-se então um “desenvolvimento desequilibrado”.

2 OBJETIVOS

Este estudo é significativo, por isso atendendo ao objetivo geral: analisar a trajetória histórica de desenvolvimento de Pato Bragado e São José das Palmeiras, como objetivos específicos: a) descrever a trajetória de desenvolvimento desde a colonização e ocupação dos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras; b) analisar o desenvolvimento local dos municípios pesquisados a partir dos dados socioeconômicos; c) identificar o número de organizações associativas, servindo como indicadores de capital social nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras; d) tecer considerações comparativas entre os níveis de desenvolvimento dos municípios da amostragem.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 A DESIGUALDADE NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

O capítulo proposto objetiva apresentar uma base teórica sobre o conceito de desenvolvimento, que discutiremos as contribuições teóricas para evidenciar o desenvolvimento desigual, o qual será tratado com ênfase neste estudo. Posteriormente, será demonstrado os indicadores socioeconômicos de desenvolvimento, sendo os principais: o índice de desenvolvimento humano e o índice de desenvolvimento municipal.

3.2 CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

Conforme mencionado na introdução desta seção, existe literatura que atribui o conceito de desenvolvimento a um papel-chave para explicar as desigualdades de desenvolvimento entre os ambientes locais que compõem uma região.

A questão desenvolvimento passou a receber mais atenção dos cientistas sociais, a partir do final da Segunda Guerra Mundial (1945). A criação oficial da ONU (Organização das Nações Unidas) ocorreu no ano de 1945, cuja finalidade segundo Oliveira (2002, p. 39) "manutenção e melhoramento dos níveis de qualidade de vida, ou seja, tinha como propósito contribuir para a elevação dos níveis de desenvolvimento em todos os sentidos do termo".

De acordo com Siedenberg (2003) por volta dos anos de 1950, o conjunto de definições e termos econômicos tais como: classes sociais, divisão do trabalho, salário, riqueza, lucro e dentre outros, que em pouco tempo acabou se configurando como um conceito-chave nas ciências sociais aplicadas: o conceito de desenvolvimento. Apenas no ano de 1954, um grupo de cientistas sociais vinculados a ONU, sugeriu a

necessidade de atrelar ao PIB³ (Produto Interno Bruto) alguns indicadores da área da saúde, educação, ocupação e habitação para melhor definir desenvolvimento. Somente na década de 1970, a discussão sobre indicadores de desenvolvimento econômico ganhou importância nos trabalhos da ONU e da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas).

Souza (2005) argumenta a existência de duas correntes de pensamento sobre desenvolvimento. Uma primeira corrente de economistas de inspiração teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já a outra corrente, voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é uma condição indispensável para que ocorra o desenvolvimento, mas não uma condição suficiente. Na primeira corrente estão os modelos de crescimento da tradição clássica e neoclássica e na segunda corrente estão os economistas de orientação crítica, formados na tradição marxista ou cepalina.

O desenvolvimento em qualquer concepção, deve primeiramente resultar do crescimento econômico⁴ acompanhado pela melhoria na qualidade de vida das pessoas, ou seja, deve incluir na opinião de Vasconcellos e Garcia (1998, p. 205):

As alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

Para Oliveira (2002, p. 40) o desenvolvimento deve ser “encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política, humana e social”. Segundo este autor, desenvolvimento é o crescimento do produto e da renda, transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, na área da saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer e entre outras.

Pereira (2006, p. 8) define desenvolvimento como:

Um fenômeno histórico, essa não é uma definição normativa, nem hipotético-dedutiva mas uma definição histórica, ou seja, que busca generalizar a experiência histórica do desenvolvimento. Essencialmente o desenvolvimento econômico é o processo histórico de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante implicando a melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional, que resulta da sistemática acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção. Nestes termos, o desenvolvimento econômico é um processo de transformação que implica mudanças nos três níveis ou instâncias de uma sociedade: estrutural, institucional ou cultural.

³PIB refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país (SANDRONI, 1994).

⁴Crescimento econômico é o aumento da capacidade produtiva da economia na produção de bens e serviços e o conceito emerge com Adam Smith, pois identifica os fatores da formação da riqueza nacional explicando como o mercado opera e qual importância do aumento do tamanho dos mercados para reduzir os custos médios, assim permitir a produção com lucros (SOUZA, 2005).

Seguindo o pensamento de Pereira (2006), o desenvolvimento econômico promove a melhoria dos padrões de vida mas não resolve todos os problemas de uma sociedade. Para ele, o desenvolvimento é apenas um dos cinco grandes objetivos políticos a que se propõem as sociedades nacionais modernas ao lado da segurança, da liberdade, da justiça social, e da proteção do ambiente.

De acordo com Souza (1999), o desenvolvimento econômico é o crescimento econômico contínuo em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos e sociais e não pode ser igual ao conceito crescimento, porque os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam toda a economia.

O autor sustenta que, o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas. Neste sentido, o desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna, eficiente, produtiva juntamente com a melhoria do nível de vida do conjunto da população.

Siedenberg (2003) afirma que o desenvolvimento é entendido como um processo de mudanças socioeconômicas e os indicadores de desenvolvimento da dimensão econômica e social, nada mais é que medidas estatísticas representativas de um recorte da realidade. Pois, os indicadores de desenvolvimento existentes aprimora para a consolidação do conceito de desenvolvimento mais amplo, com elementos econômicos incorporando aspectos sociais e ambientais. Contudo, os indicadores contribuem para países e regiões apresentando dados estatísticos atualizados, a fim de garantir uma melhor colocação nos *rankings* e estes não tem apenas a função informativa, mas também a função avaliativa, normativa ou decisória.

3.3 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DE DESENVOLVIMENTO

O termo indicador origina-se do latim "*indicare*" verbo que significa apontar. Os indicadores servem como resposta às atividades humanas realizadas num determinado período, com a finalidade de fornecer um resumo dos sistemas, permitindo previsões das condições futuras, também podem servir como um termômetro, fornecendo informações gerais dos aspectos sociais e econômicos de uma sociedade.

Nesse sentido, a investigação de campo dos indicadores sociais tem como prioridade investigar a qualidade de vida e bem-estar das pessoas, servindo de instrumento para o planejamento governamental e sendo realizadas por órgãos governamentais e não governamentais (SANTAGADA, 1993).

Os indicadores sociais tiveram boa aceitação desde seu surgimento. No Brasil, ocorreu a criação de um sistema de indicadores no ano de 1975, e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que ficou encarregado da organização e funcionamento do sistema de indicadores sociais. De modo geral, os indicadores

representa um instrumento de monitoramento da realidade e aponta necessidade de políticas para promover o bem-estar social da população (SANTAGADA, 1993).

De acordo com o IBGE (2012), os indicadores sociais são estatísticas sobre aspectos da vida de uma nação que em conjunto podem retratar o estado social e permitir conhecer o seu nível de desenvolvimento social. Portanto, é um conjunto composto de informações sobre as características da população, principalmente da dinâmica demográfica, sobre trabalho e rendimento, saúde, justiça, segurança pública, educação e condições de vida dos habitantes.

Giroto et al. (2007, p. 4), afirmam que os indicadores sociais possibilitam “informações importantes, que nos permite avaliar a onde vamos, onde estamos e de que forma seguir, em relação aos valores e alcance dos objetivos previamente identificados”.

Os principais indicadores socioeconômicos utilizados no presente estudo servem para mostrar a realidade encontrada nos municípios selecionados.

3.3.1 O índice de desenvolvimento humano

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) serve de comparação entre os países e também pode ser usado para avaliar o desenvolvimento de municípios, estados e regiões. O objetivo deste indicador socioeconômico é medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população.

Este índice foi criado pelo economista Mahbud UI Haq com a colaboração do economista Amartya Sen. Foi apresentado em 1990 em relatório anual e consolidou-se para uma concepção mais complexa de desenvolvimento por meio do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) com o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) órgão da ONU.

O principal objetivo do relatório segundo o próprio PNUD (2001, p. 133) é:

Avaliar o estado do desenvolvimento humano em todo o mundo e fornecer, em cada ano, uma análise crítica de um tema específico. Combina a análise política temática com dados pormenorizados de países, focando o bem-estar humano e não apenas as tendências econômicas.

O IDH compara diferentes aspectos de qualidade de vida das pessoas em países e municípios. É calculado com base em dados econômicos e sociais, sendo composto por indicadores de três elementos: longevidade (esperança de vida ao nascer), educação (taxa de alfabetização e a taxa de matrícula) e renda (PIB *per capita*⁵ medido em dólares). O índice tem escala que varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) e 1 (pleno desenvolvimento humano), quanto mais próximo de 1 mais desenvolvido é o país.

⁵Renda *per capita* avalia a capacidade de consumo de uma população.

Em relação aos países e municípios de baixo desenvolvimento são os que atingem menos de 0,499 pontos, de médio desenvolvimento, os que possuem de 0,500 até 0,799 pontos, e de alto desenvolvimento, os países que atingem pontuação superior a 0,800.

No Brasil é o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) responsável pelo estudo do IDH e o responsável pela divulgação dos índices obtidos no estado do Paraná é o Ipardes (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). A tabela 1, apresenta o demonstrativo dos índices obtidos de IDH nos municípios selecionados para esta pesquisa que foram Pato Bragado e São José das Palmeiras.

Tabela 1 - IDH-2000 nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras

Municípios	Ano	IDH – M Geral	IDH – L Longevidade	IDH – E Educação	IDH – R Renda
Pato Bragado	2000	0,821	0,833	0,910	0,720
São José das Palmeiras	2000	0,724	0,767	0,794	0,610

Fonte: Ipardes, 2012.

Neste contexto, percebe-se que Pato Bragado (IDH-M 0,821) é considerado um município de alto desenvolvimento, pois possui pontuação superior a 0,800 e por sua vez São José das Palmeiras (IDH-M 0,724) é um município de médio desenvolvimento, devido o índice ser inferior a 0,799 pontos.

3.3.2 O índice de desenvolvimento municipal

O IFDM (Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal), segundo o Sistema FIRJAN (2012) é um estudo anual que acompanha o desenvolvimento de todos os 5.564 municípios brasileiros em três áreas: emprego e renda, educação e saúde. O indicador é feito com base em estatísticas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do trabalho, educação e saúde.

O índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. Para o Sistema FIRJAN (2012), sua metodologia possibilita determinar com precisão, se a melhora relativa ocorrida em determinado município decorre da adoção de políticas específicas ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios. Na tabela 2, verifica-se o IFDM no ano de referência de 2011 nos respectivos municípios da amostragem.

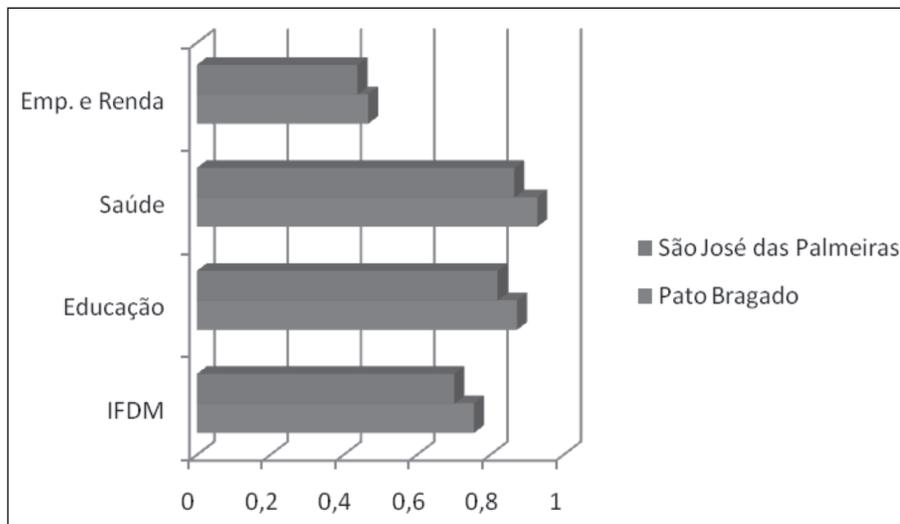
Tabela 2 - IFDM-2011 nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras

Municípios	Ano	IFDM	Educação	Saúde	Emprego e Renda
Pato Bragado	2009	0,756	0,8731	0,9283	0,4667
São José das Palmeiras	2009	0,702	0,8021	0,8657	0,4381

Fonte: Sistema FIRJAN, 2012.

O município de Pato Bragado (IFDM 0,756) no comparativo possui índice FIRJAN de desenvolvimento municipal superior ao município de São José das Palmeiras (IFDM 0,702). No gráfico 1 a seguir, será demonstrado o IFDM nas áreas de desenvolvimento: educação, saúde, emprego e renda dos municípios selecionados da pesquisa.

Gráfico 1 - IFDM nas áreas de desenvolvimento



Fonte: Sistema FIRJAN, 2012 (adaptado pelo autor).

Pato Bragado no setor da educação e saúde é caracterizado um município de alto desenvolvimento (superiores a 0,8 pontos) e São José das Palmeiras é visto como um município de desenvolvimento moderado (entre 0,6 e 0,8 pontos). Portanto, no respectivo índice e áreas de desenvolvimento, Pato Bragado possui índices superiores em relação ao município de São José das Palmeiras nesta análise.

3.3.3 O índice ipardes de desempenho municipal

O IPDM (Índice Ipardes de Desempenho Municipal) avalia a situação dos municípios paranaenses, considerando o desenvolvimento econômico e social no emprego, renda e produção agropecuária, educação e saúde.

O desempenho municipal é expresso por um índice cujo valor varia de 0 e 1. Sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o nível de desempenho do município. Com base no valor do índice os municípios são classificados em quatro grupos: baixo (0 a < 0,4), médio (0,6 a < 0,8) e (0,8 a 1) para o nível alto de desempenho (IPARDES, 2012).

Na tabela 3, será mostrado os índices IPDM nas três áreas de desenvolvimento nos municípios pesquisados.

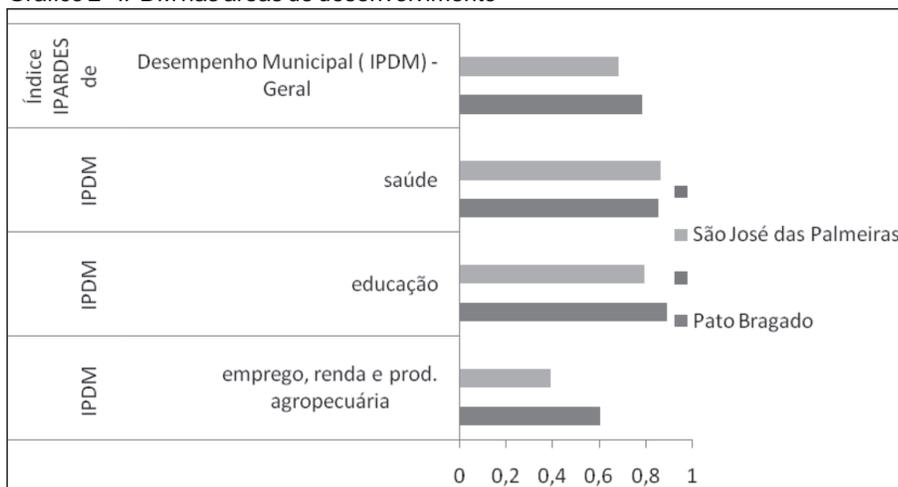
Tabela 3 - IPDM nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras – 2009

Municípios	IPDM Emprego, Renda e Prod. Agropecuária	IPDM Educação	IPDM Saúde	Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM) Geral
Pato Bragado	0,6065	0,8924	0,8555	0,7848
São José das Palmeiras	0,3938	0,7957	0,864	0,6845

Fonte: Ipardes, 2012.

O município de Pato Bragado nesta análise no ano de referência 2009, obteve índice (IPDM 0,7848) superior ao município de São José das Palmeiras (IPDM 0,6845), o qual é possível verificar no gráfico 2.

Gráfico 2 - IPDM nas áreas de desenvolvimento



Fonte: Ipardes, 2012 (adaptado pelo autor).

As informações demonstradas no gráfico acima, revelam que o município de Pato Bragado, possui superioridade no índice de IPDM nas áreas de desenvolvimento de emprego, renda, produção agropecuária e educação em relação ao município de São José das Palmeiras, exceto no IPDM de saúde.

3.4 DIFERENÇAS NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE PATO BRAGADO E SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

Dentre as principais empresas colonizadoras da região oeste do Paraná foram a Companhia Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A – Maripá, a Pinho e Terras, a Industrial Agrícola Bento Gonçalves Ltda., a Colonizadora Gaúcha Ltda., a Colonizadora Matelândia Ltda., a Colonizadora Agrícola Madalozzo Ltda., a Colonizadora Criciúma Ltda., a Colonizadora Norte do Paraná S/A., e a Colonizadora Bentheim sendo estas as colonizadoras responsáveis pela ocupação da região oeste paranaense. Sendo que mais destacou-se dentre das empresas mencionadas foi a colonizadora Maripá.

A área colonizada pela Maripá, abrangeu também o município de Pato Bragado, caracterizou-se pela segurança quanto à titulação e pela limpeza, garantindo negócios que evitassem problemas legais e que afastassem de conflitos, sendo negócios pautados na legalidade da titulação e no cumprimento dos compromissos (GREGORY, 2002).

A venda das terras da região oeste do Paraná, via a colonizadora Maripá foi promovida pela colonização na base de pequena propriedade familiar, com ênfase aos colonos descendentes de europeus imigrantes do século XIX do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. É importante destacar na visão de Gregory (2002, p. 93), que os “eurobrasileiros tinham restrições em participar da colonização de áreas onde havia presença de pessoas “sem origem”. Desta forma, a questão étnica se confundia com interesses econômicos das empresas madeireiras e colonizadoras”.

Para o autor a colonizadora Maripá tinha como preocupação maior com o elemento humano, e a estrutura fundiária de pequena propriedade rural. A escolha dos agricultores para migrar na região implicava na questão de preferência por ser eurobrasileiro oriundos da região sul do Brasil, ou seja, descendentes de italianos, alemães e de outros imigrantes acostumados com a produção de pequena propriedade.

Oscar Silva (1988 apud Gregory, 2002, p. 125) comenta que:

Filhos ou netos de imigrantes localizados no Rio Grande do Sul, alguns dos principais fundadores da MARIPÁ já eram pessoas afeitas a serviços de colonização. Diante disso, inicialmente foram distinguidos com diferentes missões administrativas três diretores: Alfredo Paschoal Ruaro ficaria encarregado do desbravamento e possível colonização, Egon Bercht trataria da parte financeira e contatos com o exterior, enquanto o Dr. Júlio Gertum Azevedo Bastian, por ser engenheiro, cuidaria do planejamento e das medições de terra.

Os diretores da colonizadora estabeleceram um plano de ação concebido com uma série de regras, estudos e combinações, segundo Gregory (2002, p. 126), com os seguintes fundamentos:

- a) elemento humano: povoar densamente a Fazenda Britânia, com agricultores que mais se adaptem à região;
- b) pequena propriedade: estas terras divididas em glebas de 10 alqueires ou 25 hectares;
- c) policultura: garantir o equilíbrio econômico na região com a produção agrícola com atividades oriundas da policultura;
- d) escoamento da produção: na medida em que as terras fossem sendo negociadas e cultivadas, auxiliar o escoamento da produção no mercado;
- e) industrialização: para industrializar a região na proporção do desenvolvimento do Brasil.

Gregory (2002, p. 138) afirma por sua vez que, a colonizadora Maripá teve “o papel de escolher, além dos agentes, colonos com capital e capacidade técnica para investir em negócios comerciais e industriais e na prestação de serviços”.

A colonizadora teve um caráter seletivo em relação à ocupação da região oeste paranaense, devido a preocupação da empresa no que se refere aos colonos ideais e à origem⁶ dos mesmos que vieram para a colônia (GREGORY, 2002).

Segundo Oberg e Jabine (1960 apud Wachowicz, 1987, p. 173), os descendentes de imigrantes italianos e alemães que, se instalaram no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, foram:

Considerados como uma população provada e testada para a experiência de uma vida pioneira da nova área. Durante cem anos, esses descendentes de imigrante italianos e alemães, nos dois estados sulistas, foram se aclimatando às condições do Brasil, além disso, eram pequenos proprietários rurais, fazendeiros do tipo familiar e conservaram as tradições de trabalho árduo, frugalidade e agricultura como meio de vida.

O elemento humano apresentado nos relatórios da colonizadora, assim argumentado por Gregory (2002, p. 152) “propunha povoar a área com agricultores adaptáveis à região acostumados com o clima. Dar preferência ao agricultor nacional, trazido do Sul do Brasil”. Em relação a adaptabilidade, implicaria se adaptar ao local, ao clima, a vegetação, ao solo e ao relevo da região. De acordo com os dados da época, mostram a delimitação étnico-cultural de tal forma que marcou a região oeste paranaense, tendo a comercialização das terras exclusiva para colonos escolhidos.

⁶O termo origem é carregado de uma conotação especial entre os administradores da empresa e entre a população da região, e o termo tem a ver com o local de nascimento que deveria ser uma antiga colônia, o que isto implica diretamente na origem européia, ou seja, a caracterização eurobrasileira (GREGORY, 2002).

Para Vanderlinde, Gregory e Deitos (2007, p. 135), afirmam que a propaganda dos aspectos naturais eram favoráveis para:

Um futuro promissor, a divisão da Fazenda Britânia em lotes coloniais pequenos (até 24 hectares), o estímulo ao desenvolvimento da policultura com o uso da mão-de-obra familiar, a formação de núcleos coloniais com características homogêneas em terras planas, livres de morro, de pedras e formigas, terras de clima saudável ricas de água, foram condições básicas para atrair e integrar os imigrantes. Estas estratégias adotadas pela empresa colonizadora, embora fundamentais para o sucesso do empreendimento.

Gregory (2002, p. 161) salienta que “os colonos eram qualificados, tanto por suas habilidades como por suas origens. Ter origem implicava em ter a paternidade caracterizada, em portar valores culturais, em ter bons costumes, em saber idiomas coloniais”. A colonizadora teve uma atenção especial em relação às igrejas, pois o espírito religioso dos colonos e a influência de padres e de pastores poderia ter boas relações com a colônia e garantiria a boa propaganda da Maripá para as pessoas dispostas a encarar a migração no oeste do Paraná.

O lugar de origem dos imigrantes, a língua e a religião foram fatores que influenciaram a escolha dos locais para as propriedades das famílias. Portanto, vários elementos contribuíram para a formação de grupos de colonos com afinidades distintas. Gregory (2002, p. 176) comenta que:

Vontade de migrar e decisão de buscar migrantes com características específicas e origem geográfica definida se adequariam às condições ideais para que se efetivesse um grande e rápido fluxo migratório para a área de atração populacional organizada pela MARIPÁ. Estava, pois, planejado para que a nova colônia fosse habitada, majoritariamente, por colonos das regiões coloniais do Sul do Brasil o que, de fato, ocorreu. Administração adequada e homens adequados para a constituição de um novo espaço colonial garantiram a realização do empreendimento colonizador da empresa.

Wachowicz (1987, p. 172) identifica três grupos culturais excluídos dessa colonização da Maripá:

O colono, também descendente de europeus, que avançava em direção ao oeste pela linha sulparanaense. Em grande parte descendentes de imigrantes poloneses e ucranianos; o caboclo paranaense, filho tradicional dos sertões brasileiros, que também encontrava-se na região em número nada desprezível; o pêlo duro, nortista, que representava a frente cafeeira, que estava ocupando o norte do Paraná.

A colonizadora não fez uma propaganda direta e ampla pelo contrário, contratou um grupo seletivo de corretores, dentre esses destacavam-se a presença de professores e pequenos comerciantes. Entretanto, a empresa teve uma postura centralizada onde evitaria que seus lotes fossem vendidos a pessoas por ela indesejadas.

A colonização da região oeste paranaense aponta a Maripá, a qual colonizou o município de Pato Bragado como sendo o melhor exemplo de organização e trabalho. Neste âmbito, outras empresas também se destacaram neste contexto, assim como exemplo, a Imobiliária Agrícola Madalozzo, sendo a responsável pela colonização do núcleo de Santa Helena⁷, localizada no extremo oeste do Paraná.

A colonização do município de São José das Palmeiras se deu de forma distinta e época diferente. São José foi colonizado pela empresa Bentheim no final da década de 1960, período em que tinha início a modernização conservadora da agricultura, com migrantes de característica nortista.

Também houve em outros municípios do extremo oeste paranaense que, tiveram sua colonização realizada com migrantes que não eram oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, como foi o caso dos municípios de Diamante d'Oeste, Ouro Verde do Oeste e São Pedro do Iguaçu.

Silva (1994) por sua vez argumenta que São José, passou por um processo de ocupação após a lavoura cafeeira entrar em decadência no norte do Paraná. O café atravessava o Rio Piquiri, atingindo o oeste do Paraná, que desta forma passou a formar a nova frente cafeeira. Sendo que muitos colonos do norte do estado do Paraná, São Paulo, Minas Gerais começaram a migrar para São José no final da década de 1960, com a intenção de adquirir uma propriedade e cultivar o café, outros vinham com o interesse de colocar uma casa comercial.

Antigos moradores tiveram em seus primeiros anos de ocupação o cultivo da lavoura de hortelã⁸ e do café que, na época dava bons lucros e tinha uma boa aceitação nos mercados. Mas, a cultura do café obteve uma maior área em cultivo, proporcionando à vinda de novas famílias para a localidade.

A cultura da hortelã exigia grande quantidade de mão-de-obra para seu cultivo, havendo grande número de migração populacional para São José no ano de 1975. Embora, a hortelã foi cultivada num curto período de cinco a seis anos, devido ao forte desgaste que proporciona ao solo. Após esta fase, houve o início do plantio da monocultura do algodão em São José.

A colonizadora Bentheim colonizou São José mas, teve postura contrária da colonizadora Maripá. Pois, a propaganda estava firmada na fertilidade das terras, para o cultivo da hortelã e do café, produtos que na época eram considerados lucrativos. A empresa colonizadora Maripá incentivava a vinda de colonos oriundos da região sul do país, e já a Bentheim priorizava a vinda de migrantes de outras partes do país.

As pessoas que colonizaram a colônia São José de acordo com Schnorr (2000), não eram necessariamente vindos do nordeste do Brasil, eram em grande parte

⁷Santa Helena localiza-se a 640 Km da capital do estado do Paraná, na microrregião do extremo oeste paranaense, possui uma área de 631.132 km² e limita-se ao norte com o município Entre Rios do Oeste, ao sul com Missal e Itaipulândia, ao leste com São José das Palmeiras e Diamante d'Oeste, ao oeste com a República do Paraguai (Lago de Itaipu).

⁸A hortelã era cultivada principalmente em regiões de clima tropical e subtropical dos países subdesenvolvidos por oferecerem mão-de-obra não especializada e de baixo custo.

filhos de nordestinos que haviam migrado para o norte do Paraná e a partir dali migraram para o oeste paranaense em busca de trabalho nas lavouras de café e hortelã.

Neste contexto alguns nordestinos, segundo Carniel (2003, p. 81) migraram para a região oeste paranaense de ônibus na década de 1960, porque:

Havia sido proibido o pau-de-arara para transporte de passageiros, o que fez diminuir seu número pelo alto custo de viagem. Assim, os trabalhadores que vinham sozinhos, primeiramente para o Norte do Paraná, normalmente mudavam do Norte ou Sudoeste do mesmo Estado, com a família para São José das Palmeiras. Essa remigração [...] evidencia um grande número de habitantes nascidos no Sudoeste e Nordeste brasileiro. Porém o número de pessoas que nasceram no próprio Estado e migraram para São José das Palmeiras é muito significativo.

A autora constata que a migração de colonos da região sul, conhecidos como sulistas, se diferia muito dos nordestinos, que estes chegaram muito mais desprovidos e desamparados. A principal diferença que os que vinham com o objetivo de adquirir lotes e conseguiram de fato comprar, e os demais que vinham como trabalhadores rurais, sem recurso financeiro se transformavam em peões. Isto mostra que, a maioria dos nordestinos que migraram para São José não conseguiram se tornar proprietários de terra e a estrutura fundiária manifestou-se concentrada nesta localidade.

4 METODOLOGIA

O estudo de caso pode ser aprimorado, por meio das mais variadas técnicas e de métodos que facilitam a compreensão do fenômeno a ser estudado. Portanto, nesta pesquisa adotou-se o método de estudo de caso, em que consiste facilitar a compreensão dos fenômenos sociais complexos e se aplica geralmente nas áreas das ciências humanas e sociais.

Para atingir o objetivo de análise do desenvolvimento local, partiu-se das análises referentes aos indicadores socioeconômicos nos municípios da amostragem. Aplicou-se também em caráter descritivo para demonstrar a trajetória de desenvolvimento.

Para a mensuração do capital social, utilizou-se a técnica de pesquisa por levantamento de número das organizações associativas entre pessoas (associações horizontais) em cada município estudado.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS COMO INDICADORES DE CAPITAL SOCIAL

O município de Pato Bragado tem um montante de 39 organizações associativas. E o outro município da amostragem da pesquisa, São José das Palmeiras apresenta 17 organizações associativas.

Pato Bragado apresenta 39 entidades organizadas em categorias diferentes, onde há uma quantidade significativa de organizações com o propósito e apoio a produção e a gestão de serviços como por exemplo:

- a) Associação Água Limpa Barigui;
- b) Associação Bragadense de Pescadores;
- c) ABA (Associação Bragadense dos Artesãos);
- d) ACIBRA (Associação Comercial Industrial de Pato Bragado);
- e) Associação de Mini Produção Rural das Linhas Barigui e XV Novembro e Progresso;
- f) APOP (Associação de Produtores Orgânicos de Pato Bragado).

Os servidores municipais de Pato Bragado são representados pela ASSERBRA (Associação dos Servidores do Município de Pato Bragado). Há também no município entidades com fins assistenciais e filantrópicos sendo algumas delas a Provopar, Pastoral da Criança e existe outras entidades associativas com motivação cultural, recreativa e assistencial como:

- a) ACCB (Associação Comunitária Cultural Bragadense);
- b) b)APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários);
- c) MOTO CLUB (Associação de Motociclistas e Amigos de Pato Bragado - Patos da Fronteira);
- d) Associação de Pessoas Portadoras de Deficiência de Pato Bragado;
- e) ARA (Associação Recuperação Alcoólatras de Pato Bragado);
- f) CTG (Centro de Tradições Gaúchas);
- g) Clube dos Idosos;
- h) Clube os Arrais;
- i) Os Cardeais;
- j) Sociedade Bragadense de Bolão.

A associação que tem maior número de integrantes é o Clube dos Idosos, havendo 800 pessoas inscritas participantes e posteriormente na segunda colocação é o Clube das Mães com sede no centro e outras unidades nas vilas rurais. O município de Pato Bragado é caracterizado também por grande número de indivíduos agrupados em organizações em forma de associações de moradores e amigos.

No município de São José das Palmeiras existe uma predominância de associações de interesse coletivo em prol da comunidade com fins assistenciais, filantrópicos e recreativas, sendo administrada na grande maioria pela administração municipal:

- a) APAIS (Associação de Proteção e Amparo ao Idoso);
- b) APMI (Associação de Proteção de Maternidade Infância);
- c) Clube Feminino;
- d) Pastoral da Criança;
- e) Provopar.

Sendo em seguida os grupos: APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários), ASMUP (Associação dos Servidores Municipais de São José das Palmeiras), Associação de Agricultores (entidade com a finalidade econômica com o objeto de aspectos de produção) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (entidade sindical).

A ACISP (Associação Comercial e Empresarial de São José das Palmeiras), há atualmente 30 empresas cadastradas de vários ramos, como por exemplo, cooperativas, lojas de varejo, bancos dentre outros. E por último, o Clube das Damas, tendo esta motivações recreativas, culturais e assistenciais.

A partir da análise dos resultados da pesquisa, nota-se um maior número de organizações associativas em Pato Bragado, possuindo sua população maior capacidade de associarem em torno de fins comuns. Havendo neste município um maior indicador de capital social, o qual está positivamente relacionado ao desenvolvimento local proporcionando, assim melhores índices socioeconômicos. Ressalta-se que municípios com menor nível de capital social, como constatado em São José das Palmeiras, logo seu IDH dentre outros índices será mais baixo.

A forma de organização da sociedade local em associações, promove a participação e a integridade das pessoas agindo conforme seus interesses coletivos. Proporcionando desse modo, maiores níveis de capital social garantindo sustentabilidade ao desenvolvimento. Neste contexto, foi importante entender como as empresas colonizadoras conseguiram determinar representações simbólicas sobre a região oeste do Paraná que, teve influência direta sobre o capital social dos municípios pesquisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisado os dados coletados das desigualdades locais, via indicadores socioeconômicos, definiu-se pela realização deste estudo nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras. Foram confrontados indicadores, onde foi possível observar uma certa disparidade em níveis de desenvolvimento que explicam a posição

no IDH-M 2000, onde Pato Bragado ocupa 11º no *ranking* dos municípios do estado do Paraná enquanto São José das Palmeiras figura a 259ª posição, sendo que estes estão localizados próximos ao seu polo regional.

Inicialmente, foi demonstrado a trajetória de desenvolvimento desde a colonização e ocupação dos municípios pesquisados. Portanto, o município de Pato Bragado foi colonizado pela empresa colonizadora Maripá, que tinha como preocupação maior com o elemento humano, ou seja, o perfil étnico dos migrantes e a estrutura fundiária de pequena propriedade rural.

Considerando alguns critérios, a colonizadora Maripá tinha como propósito de escolha dos agricultores para migrar na região que, implicava na questão de preferência por ser pessoas oriundas da região sul do Brasil, ou seja, descendentes de italianos, alemães e de outros imigrantes acostumados com a produção agrícola. Portanto, a colonizadora teve um caráter seletivo em relação à ocupação da região oeste paranaense, devido o interesse da empresa no que se refere aos colonos ideais e a origem dos mesmos que fosse se instalar nas áreas colonizada por ela.

A colonização do município de São José das Palmeiras se deu de forma distinta, a empresa colonizadora Bentheim colonizou São José onde teve postura contrária da colonizadora Maripá, pois a propaganda estava firmada na fertilidade das terras para o cultivo da hortelã e do café, produtos que na época eram considerados lucrativos.

A empresa colonizadora Maripá incentivava a vinda de colonos oriundos da região sul do país conhecidos como “sulistas”, sendo estes migrantes do mesmo perfil traçado pela colonizadora e também já detinham um certo capital econômico. A outra colonizadora a Bentheim priorizava a vinda de migrantes de outras partes do país vistos como “nortistas”, sendo de diferentes etnias sem ao menos se preocupar em colonizar as terras para um grupo culturalmente homogêneo, ou seja, havendo desse modo, na região um desequilíbrio social.

Neste panorama no setor de indicadores, sendo os principais: IDH, IFDM, índice ipardes de desenvolvimento municipal. O município de Pato Bragado obtém índices superiores de desenvolvimento em relação ao município de São José das Palmeiras.

A pesquisa teve também como objetivo de identificar o número de organizações associativas, servindo estas como indicadores de capital social nos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras. Para tanto foram utilizados quadros para mostrar a rede de organizações associativas. Quando comparadas no aspecto de número de organizações, percebe-se uma diferença na quantidade de associações entre pessoas de um município para o outro.

No levantamento de informações realizado na pesquisa, o município de Pato Bragado apresentou um número superior de entidades possuindo um total de 39 organizações, enquanto o município de São José das Palmeiras foram 17 organizações associativas.

Com base nos resultados da pesquisa elaborada, o município de Pato Bragado obtém um maior indicador de capital social, possuindo uma característica de melhor associativismo horizontal, havendo grande participação dos cidadãos em organizações associativas. Ressaltando-se que as associações são formadas por agrupamentos de pessoas, reunidas de maneira formal ou informal, criadas a partir da união de idéias e de esforços em prol de um objetivo material ou imaterial comum.

Por meio da visualização da trajetória histórica de desenvolvimento dos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras, constatou-se que o modelo de colonização com base na origem étnica dos migrantes e a homogeneidade da população possuem grande influência no nível de capital social e nos indicadores socioeconômicos dos municípios trabalhados nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

CARNIEL, S. M. **O oeste paranaense e a singularidade de São José das Palmeiras – 1969-1985**. 2003. 202 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2003.

GIROTO, A. P. S.; ROCHA, S. T.; YWATA, S. Y.; ROMERA, V. M. **Indicadores sociais: um imperativo no cotidiano dos assistentes sociais atuantes no processo de gestão**. 2007. 27 p. Monografia (Pós-Graduação de Políticas Sociais e Processos de Gestão) – Faculdades Integradas Antonio Eufrásio de Toledo, São Paulo, 2007.

GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-70)**. Cascavel/PR: Edunioeste, 2002.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Site institucional**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pr>>. Acesso em: 19 jan. 2012.

IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). **Site institucional**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/idh_estados.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2012.

JOYAL, A.; MARTINELLI, D. P. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Barueri/SP: Manole, 2004.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v.5, n. 2, p.37-48, maio./ago. 2002.

PEREIRA, L. C. B. O conceito histórico de desenvolvimento. **Texto para discussão**, FGV-EESP, São Paulo, n. 157, p.24, dez. 2006.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH)**. p. 129-164, 2001.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia**. São Paulo: Atlas, 1994.

SANTAGADA, S. Indicadores sociais: contexto social e breve histórico. **Indicadores econômicos**, v. 4, n. 20, p. 245-255, 1993.

SCHNORR, P. L. **A concentração e posse da terra, o processo migratório e o cotidiano dos “bóias-frias” no município de São José das Palmeiras**. 2000. 47 p. Monografia (Pós-Graduação *Lato Sensu* Especialização em História) –Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon/PR, 2000.

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em questão**, Ijuí/RS, v. 1, n. 001, p. 45-71, 2003.

SILVA, Z. F. da. **O processo de emancipação político de São José das Palmeiras**. 1994. 44p. Monografia (Curso de História) – Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon, Marechal Cândido Rondon/PR, 1994.

SISTEMA FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro). **Site institucional**. Disponível em: < <http://www.firjan.org.br/IFDM/>>. Acesso em: 18 Jul. 2012.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Desenvolvimento econômico**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VANDERLINDE, T.; GREGORY, V.; DEITOS, N. J. **Migrações e a construção do oeste do Paraná: século XXI em perspectiva**. Cascavel/PR: Coluna do saber, 2007.

VASCONCELOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

WACHOWICZ, R. C. **Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense**. Curitiba/PR: Vicentina, 1987.